

País quer pagar menos juros em 89

MARCELO NETTO E BETH CATALDO

BRASÍLIA — O Governo deve anunciar formalmente a intenção de rever o atual acordo da dívida externa com os bancos credores privados, como parte do novo programa econômico que está em elaboração. A intenção é reduzir drasticamente o superávit comercial este ano, diminuindo também a transferência líquida de recursos para o exterior. O superávit comercial pode cair em 89 para US\$ 10 bilhões, contra os US\$ 19 bilhões do ano passado (inicialmente, o Governo previra para este ano um superávit comercial de US\$ 14,5 bilhões).

O País pagou, em 88, US\$ 12 bilhões a título de serviço da dívida externa — o equivalente a 4% do Produto Interno Bruto (PIB). O pagamento líquido de juros da dívida ficou em US\$ 9,9 bi.

Os termos do acordo em vigor são considerados incompatíveis com o processo de retomada do crescimento econômico que o Governo pretende acoplar à estratégia de combate à inflação. A restrição do superávit comercial seria feita através do aumento das importações, proporcionado pela reativação dos investimentos que, espera-se, seja facilitada pela estabilização da economia.

A queda do superávit da balança comercial para algo em torno de US\$ 10 bilhões implica reduzir o nível de pagamento de juros aos bancos credores privados este ano, pois eles respondem por cerca de US\$ 10 bi-

Saldo comercial x juros

(Em US\$ bilhões)

ANO	SALDO COMERCIAL	JUROS
82	0,78	12,9
83	6,47	11,3
84	13,10	11,6
85	12,49	11,4
86	9,52	11,0
87	11,15	8,7
88	19	9,9
89 *	10	10,1

* previsão
FONTE:BC

lhões do total aproximado de US\$ 12 bilhões de transferências de recursos ao exterior por conta da dívida externa. São computadas na diferença as amortizações de empréstimos concedidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Para que o País possa reduzir suas despesas com o pagamento de juros aos bancos privados sem a declaração de moratória unilateral, como quer o Governo, impõe-se a negociação de novos empréstimos junto aos bancos para a cobertura desses gastos ou a simples capitalização dos juros devidos. A redução das amortizações devidas ao FMI e ao Bird tem implicações muito mais complexas,

que podem afetar o próprio relacionamento do Governo brasileiro com essas instituições, comprometendo a concessão futura de novos recursos.

O que as fontes consultadas ontem deixaram claro é que não será possível aguardar soluções muito demoradas na questão da dívida externa, como as aventadas pelo Presidente eleito dos Estados Unidos, George Bush. Transferir anualmente 4 por cento do PIB brasileiro para o exterior equivale, na avaliação de uma dessas fontes, a agravar as más condições de distribuição de renda interna no País, acirrando o conflito entre capital e trabalho.